

## Vamos musicalizar? o papel da musicalização na educação infantil

*Shall we musicalize? the role of musicalization in early childhood education*

*¿Musicalizamos? el papel de la musicalización en la educación infantil*

### Eugislane Barbosa Aroucha

Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil  
[lanejs.2@gmail.com](mailto:lanejs.2@gmail.com) | <https://orcid.org/0009-0000-7503-5054>

### Monica Feitosa de Carvalho Pedrozo Gonçalves

Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil  
[monicapedrozo@gmail.com](mailto:monicapedrozo@gmail.com) | <https://orcid.org/0000-0002-3870-3030>

### Carla Cristina Dutra Búrigo

Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil  
[carla.burigo@ufsc.br](mailto:carla.burigo@ufsc.br) | <https://orcid.org/0000-0002-1782-4191>

### Resumo

O artigo objetiva compreender qual o papel da musicalização na Educação Infantil. Definida como a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em suas dimensões físicas, psicológicas, intelectuais e sociais. A abordagem metodológica utilizada no estudo é de natureza qualitativa. Trata-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica desenvolvida por meio de uma revisão de literatura integrativa. Foram realizadas pesquisas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ademais, foram pesquisados os principais documentos que norteiam as práticas pedagógicas na Educação Infantil e como a linguagem musical está contemplada nestes documentos. Os resultados da pesquisa compreendem que o papel da musicalização na Educação Infantil é um potencializador do desenvolvimento cognitivo, uma vez que estimula as capacidades sensoriais, motoras, auditivas, criativas, afetivas, sociais, entre outras.

**Palavras-chave:** Criança. Musicalização. Educação infantil.

### Abstract

*The article aims to understand the role of musicalization in Early Childhood Education. Defined as the first stage of basic education, the purpose of early childhood education is the integral development of the child, in its physical, psychological, intellectual, and social dimensions. The methodological approach used in the study is qualitative. This is a descriptive and bibliographical study developed through an integrative literature review. Searches were conducted in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and the Portal of Periodicals of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel. In addition, the main documents that guide pedagogical practices in Early Childhood Education were researched, as well as how musical language is included in these documents. The results of the research show that the role of musicalization in Early Childhood Education is to enhance cognitive development, since it stimulates sensory, motor, auditory, creative, affective, and social capacities, among others.*

**Keywords:** Children. Musicalization. Early childhood education.

### Resumen

*El artículo pretende comprender el papel de la musicalización en la Educación Infantil. La Educación Infantil es la primera etapa de la Educación Básica y tiene como finalidad el desarrollo integral del niño, en sus dimensiones física, psicológica,*

Artigo recebido em: 12/06/2024 | Aprovado em: 27/10/2024 | Publicado em: 26/12/2024

### Como citar:

AROUCHA, Eugislane Barbosa; GONÇALVES, Monica Feitosa de Carvalho Pedrozo; BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. Vamos musicalizar? o papel da musicalização na educação infantil. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 14, p. 1-17, e44943, 2024. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2024.v14.44943>.

*intelectual y social. Considerando la importancia de la Educación Infantil para el desarrollo integral del niño y que la música es un lenguaje presente en la vida cotidiana de los niños, nos planteamos investigar este fenómeno. El enfoque metodológico utilizado en el estudio es cualitativo. Se trata de un estudio descriptivo y bibliográfico desarrollado a través de una revisión integradora de la literatura. Las búsquedas se realizaron en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones y en el Portal de Publicaciones Periódicas de la Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de la Enseñanza Superior. Los resultados de la investigación muestran que el papel de la musicalización en la Educación Infantil es uno de los medios esenciales para contribuir al desarrollo integral del niño.*

**Palabras clave:** Niños. Musicalización. Educación infantil.

## 1 Introdução

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e indica o início e o fundamento do processo de educação (Brasil, 2018). Ela tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 5 anos de idade, em suas dimensões físicas, psicológicas, intelectuais, sociais, em complementaridade à ação da família (Brasil, 1996). A Educação infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento das crianças, fornecendo experiências enriquecedoras que contribuem para a formação de sujeitos criativos, autônomos e críticos (Brasil, 1998).

É sabido que a música faz parte da vida das pessoas e é uma linguagem muito presente na primeira infância, especialmente por meio de sons, ritmos e brincadeiras. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), a exploração de movimentos, sons, gestos, palavras, emoções estão dentre os vários direitos de aprendizagem e desenvolvimento que as crianças possuem. A música na infância suscita os diversos significados que a criança concede aos sons com que convive, identifica, investiga e tem contato (Werle; Bellochio, 2017). A partir da sonoridade presente no cotidiano da criança, ela compõe suas brincadeiras, atribuindo novos significados e ampliando seu repertório simbólico, ou seja, ela cria e recria sua realidade (Werle; Bellochio, 2017).

Considerando a relevância da Educação Infantil para a integralidade da criança e a música como uma linguagem que se faz presente no cotidiano da infância como um direito de aprendizagem e desenvolvimento, emerge a seguinte pergunta de pesquisa: Qual o papel da musicalização na Educação Infantil?

A partir da pergunta de pesquisa delineada, o objetivo do estudo é compreender qual o papel da musicalização na Educação Infantil. A abordagem metodológica utilizada no estudo é de natureza qualitativa. Trata-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica desenvolvida por meio de uma revisão de literatura integrativa. As pesquisas foram realizadas nos principais documentos que norteiam as práticas na Educação Infantil no Brasil, também foi realizada consulta nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## 2 Concepção de criança, infância, educação infantil e musicalização

Quando se propõe abordar a Educação Infantil e a respectiva concepção que baliza o presente estudo, é conveniente, primeiramente, abordar a concepção de criança. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (Brasil, 2010, p. 12), a criança é compreendida como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Rinaldi (2002) considera que a concepção de criança é uma construção histórica-social, uma vez que a infância é reinventada para cada sociedade, ou seja, cada sociedade cria a sua própria visão do que são crianças. Algumas sociedades apoiaram-se no que as crianças são, no que elas possuem e no potencial delas. Contudo, outras, infelizmente, sustentaram-se no que as crianças não são, no que elas não possuem e nas potencialidades que elas não têm.

As representações e expectativas sobre a criança são construídas pelas experiências em um meio sócio-histórico próprio, logo, a construção de identidade, subjetividade, conhecimento, linguagem, carregam em si, aspectos do contexto social e histórico no qual elas ocorrem (Carvalho; Pedrosa; Rossetti-Ferreira, 2012). Portanto, ao falar de criança, se entende que estas não existem no singular e que juntas, em sua pluralidade, constituem a categoria infância (Martins Filho, 2005).

Duarte (2010), em seus estudos, depreende que o processo histórico de reconhecimento da criança perpassa por variados momentos e caminhos no decorrer da vida humana, uma vez que, até a Idade Média, a criança era percebida como um adulto em miniatura, desconsiderando suas especificidades. Kuhlmann (1998) sustenta que a infância é uma condição de ser criança, e, portanto, todas as crianças têm ou tiveram uma infância independente da forma como ela foi construída. Martins Filho (2006) entende a infância como uma categoria geracional, social e cultural e concebe as crianças como sujeitos de direito, atores sociais ativos que possuem vez e voz e perspectivas próprias. O autor pontua que as crianças não se encontram em um vazio social, suas compreensões necessitam se concretizar e se sustentar nas condições sociais em que convivem, inter-relacionam-se e dão significado à vida (Martins Filho, 2006).

Dito isto, convém apresentar a concepção de Educação Infantil que sustenta este estudo. A Educação Infantil também passou por várias significações ao longo da história. Entre os séculos XVIII e XIX registrou-se as primeiras instituições de Educação Infantil. A concepção educativa era assistencialista, centrada na custódia e na higiene (Abramowicz; Wajskop, 1999). Campos e Barbosa (2015) assinalam que a Educação Infantil compreendida como direito social, como política de educação, provém de um longo e intenso processo de lutas por meio de movimentos sociais, especialmente os movimentos feministas.

A Constituição Federal (Brasil, 1988) foi o primeiro documento brasileiro a oficializar a criança como cidadã e sujeito de direitos. Esta conquista configurou

uma ampla abertura para o efervescer de debates e demandas pela efetivação dos direitos da criança na Educação Infantil (Souza, 2019). Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 1996) determina que a Educação Infantil passa a ser a primeira etapa da educação básica. A LDBEN (Brasil, 1996, art. 30) regulamenta que “a Educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade”.

Com o intuito de atender às determinações da LDBEN (Brasil, 1996), o Ministério da Educação (MEC) elaborou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (Brasil, 1998). A função do referencial é contribuir para os programas e políticas direcionados à primeira etapa da Educação Básica, compartilhando informações, debates, pesquisas e oferecendo subsídios para o trabalho dos profissionais da Educação Infantil (Brasil, 1998).

No bojo da elaboração de políticas voltadas para a Educação Infantil foram fixadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010) que reúnem fundamentos, princípios e procedimentos para a orientação de políticas públicas e para a elaboração de propostas pedagógicas de Educação Infantil. No que se refere às propostas pedagógicas de Educação Infantil, as DCNEI (Brasil, 2010) estabelecem orientações a serem desenvolvidas nas instituições de Educação Infantil. Ao orientar os objetivos de uma proposta pedagógica direcionada à Educação Infantil, preocupa-se em garantir a aprendizagem das diferentes linguagens.

Em 2018 foi implantada a BNCC (Brasil, 2018), na qual a Educação Infantil deve assegurar, por meio de seus dois eixos estruturantes (interações e brincadeiras), seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, quais sejam: “Conviver; Brincar; Participar; Explorar; Expressar; Conhecer-se” (Brasil, 2018, p. 25). Considerando estes direitos, são estabelecidos cinco campos de experiências, conforme: “O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” (Brasil, 2018, p. 25). Em cada um destes campos de experiências são elaborados objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, de acordo com a faixa etária correspondente à Educação Infantil.

Tendo em vista que já foram apresentadas as concepções de criança e Educação Infantil, faz-se necessário apresentar a concepção de musicalização. Para se conceitualizar a musicalização parece conveniente apresentar primeiramente a concepção de música. Brito (2003) contribui ao afirmar que o envolvimento das crianças com a música inicia-se desde muito cedo, antes do nascimento, quando, na fase intrauterina, os bebês estão imersos em um ambiente repleto de sons. Estes sons são emitidos pelo corpo da mãe por meio da voz, respiração, fluidez do sangue nas veias e a movimentação intestinal, por exemplo.

Ao nascer a música segue presente, em canções de ninar, como parte essencial das brincadeiras, em demonstrações de afeto e em vários outros momentos da vida até chegar à fase adulta, quando a música já é parte constitutiva do ser (Brito, 2003; Habowski; Conte, 2019). Santos e França (2023) definem a música como um transladar de sons, compassos, nuances, gestos. A música se faz presente há muitos anos na vida das pessoas e age como um meio de aprendizagem desde o ventre da mãe, desde o nascimento.

Embora a música exerça uma presença significativa na infância e nas demais etapas da vida, ela passou por vários períodos de ausência nos currículos escolares no Brasil. A inclusão da música nas escolas brasileiras ocorreu mediante o Decreto nº 1.331-A de 1854 (Brasil, 1854) que regulamentava o ensino primário e secundário. A partir daí as primeiras iniciativas aparecem no final do século XIX e meados do século XX, com destaque para a prática musical nas escolas proposta por Villa-Lobos na década de 1930 e que seguiu por cerca de três décadas (Silva, 2021).

Vale ressaltar que a música era uma disciplina compulsória nas escolas entre os anos de 1931 e 1971, sendo esta obrigatoriedade modificada pela Lei 5692/1971 (Brasil, 1971) que a transformou em Educação Artística (Santos; França, 2023). Na Constituição de 1988 (Brasil, 1988), a música ocupou um mínimo espaço, indiretamente citada por meio da arte. Já na LDBEN (Brasil, 1996) não há registros relacionados com o tema (Silva, 2021).

Tais determinações legais produziram um lugar indefinido para a música nas escolas, muitas vezes sendo preterida por outras atividades, relegada a atividades secundárias, atuando como apoio para aprendizagem ou simplesmente utilizada para fins recreativos (Silva, 2021). Com o advento da Lei nº 11769/2008 (Brasil, 2008), a expectativa de ver a música mais presente nas escolas reacende, já que a referida Lei prevê o ensino obrigatório de música no componente curricular de Artes (Silva, 2021).

Na Educação Infantil, de acordo com as necessidades de formação da criança, a música vai ao encontro destas necessidades, considerando que suas composições simbólicas, cognitivas e motoras possuem forte ponto de contato com a ludicidade e o ritmo que a musicalização oferece (Kastein; Pacífico, 2018). De acordo com o Guia Prático de Musicalização Infantil, documento elaborado pelo MEC (Brasil, 2021), o termo musicalização é definido como:

[...] um processo ou ato por meio do qual a pessoa torna-se mais sensível à música como um todo, ou aos seus elementos constituintes. Desse modo, espera-se que os envolvidos nesse processo se desenvolvam musicalmente, percebendo-se internamente tocados pela música, de modo que se movam com e por meio dela (Brasil, 2021, p. 14).

A musicalização no âmbito familiar, especialmente no decorrer da primeira infância, significa estimular e valorizar a troca de afetos, sons e seus significados. Geralmente, os processos de musicalização exploram as experiências sonoras, jogos, brincadeiras que englobam movimentos corporais e vocais por meio de composições e improvisos (Brasil, 2021).

A musicalização na Educação Infantil não pode ser concebida com o objetivo de formar profissionais da música, porém com o anseio de que, mediada pelas vivências, a música propicie a ampliação de canais sensoriais, promovendo a manifestação de emoções e contribuindo para a formação integral da criança (Kastein; Pacífico, 2018). Conforme Richer e Lino (2019), a música é vida em movimento, é transformação, portanto, o mundo dos sons pode criar-se e recriar-se, renovando-se continuamente.

### 3 Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa, quanto aos meios caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, pois “utiliza fontes bibliográficas ou material elaborado, como livros, publicações periódicas, artigos científicos, impressos diversos ou, ainda, textos extraídos da internet” (Menezes et al., 2019, p. 37). No que tange aos fins, é uma pesquisa descritiva que objetiva mostrar as características de uma população ou de um fenômeno (Vergara, 1998).

Para compreender o papel da musicalização na Educação Infantil foram pesquisados os principais documentos que norteiam as práticas pedagógicas na Educação Infantil e como a linguagem musical está contemplada nestes documentos. Os documentos selecionados estão descritos no Quadro 1: Documentos norteadores da Educação Infantil.

**Quadro 1:** Documentos norteadores da Educação Infantil

Documento	Objetivo
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996)	Estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional.
Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998)	Servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010)	Estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na educação infantil.
Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018)	Definir o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

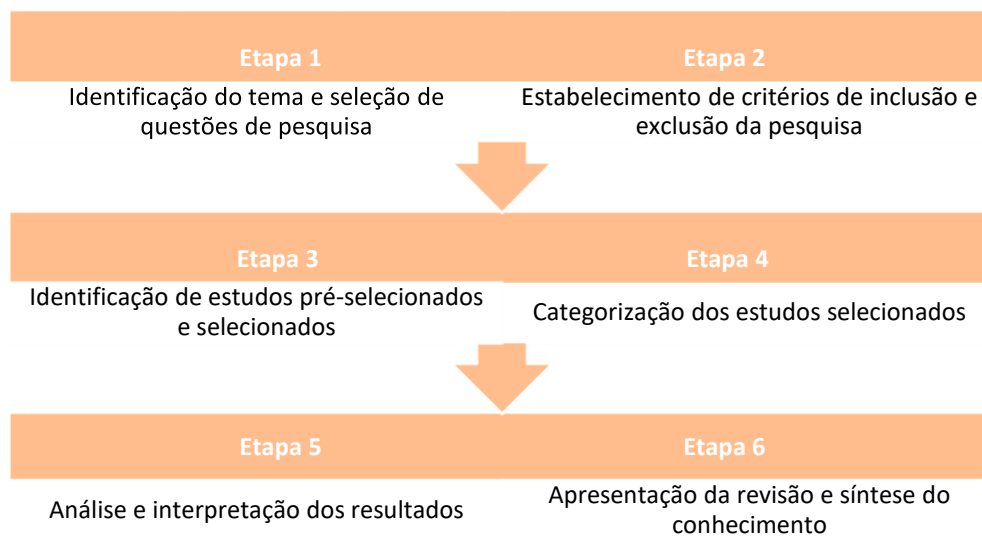
Fonte: dos autores, 2023.

Convém esclarecer que, embora não sejam documentos específicos para a Educação Infantil, a LDBEN (Brasil, 1996) e a BNCC (Brasil, 2018) dedicam parte de suas estruturas para orientar as práticas educativas neste nível de ensino e, portanto, foram considerados neste estudo como dois dos principais documentos norteadores da Educação Infantil.

Para melhor investigação do fenômeno de pesquisa, realizou-se também um levantamento da produção científica recente sobre a temática, por meio de uma revisão de literatura integrativa. Para uma revisão de literatura integrativa que contemple os rigores científicos, é necessário percorrer seis etapas (Fossati; Mozzato; Moretto, 2019), conforme Figura 1: Etapas da revisão integrativa.



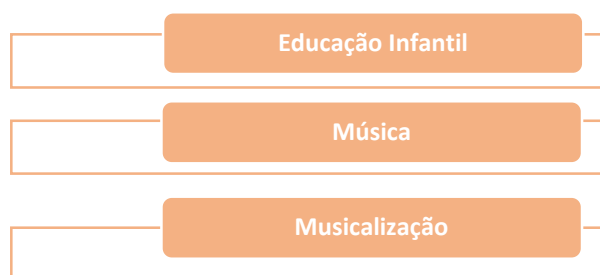
**Figura 1:** Etapas da revisão integrativa



Fonte: dos autores, 2023.

Partiu-se, então, para a primeira etapa da revisão integrativa que consiste na identificação da pergunta de pesquisa, que no caso deste estudo é: Qual o papel da musicalização na Educação Infantil? As buscas foram realizadas nas bases de dados da BDTD e no Portal de Periódicos da CAPES. As buscas consideraram trabalhos cujo título estabeleçam relação com os descritores escolhidos. A consulta foi realizada em agosto de 2023 no idioma português e utilizaram os descritores da Figura 2: Descritores de busca.

**Figura 2:** Descritores de busca



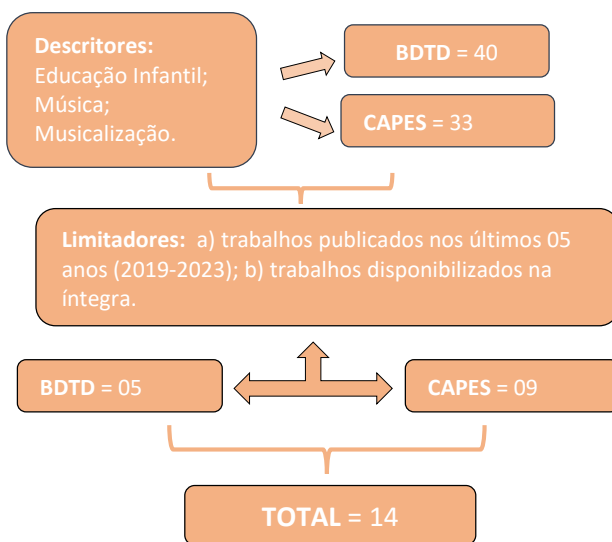
Fonte: dos autores, 2023.

Os primeiros resultados utilizando os descritores música e educação infantil totalizaram 33 trabalhos na CAPES e 40 trabalhos na BDTD. Em relação aos descritores musicalização e educação infantil, foi obtido um total de 09 trabalhos na CAPES e 02 trabalhos na BDTD. Realizou-se a segunda etapa da revisão integrativa, a saber, estabelecer critérios de inclusão e exclusão da pesquisa. Foram estabelecidos dois filtros: a) trabalhos publicados nos últimos 05 anos (2019-2023); b) trabalhos disponibilizados na íntegra. Com a aplicação destes filtros foi obtido um total de 31 trabalhos, sendo 25 trabalhos na CAPES e 06 trabalhos na BDTD, incluindo todas as associações de descritores.

Prosseguiu-se com a terceira etapa que foi a identificação dos estudos selecionados. Realizou-se a leitura dos trabalhos aprovados nos critérios de

inclusão. Neste momento foi possível perceber que alguns trabalhos, embora tivessem o título relacionado à pesquisa, possuíam uma abordagem ou escopo que não interessavam para o objetivo pretendido. Foram excluídos também trabalhos duplicados, resultando em um total final de 14 trabalhos, conforme Figura 3: Matriz síntese das três etapas da revisão integrativa.

**Figura 3:** Matriz síntese das três etapas da revisão integrativa



Fonte: dos autores, 2023.

Foi então realizada a quarta etapa da revisão que se refere à categorização dos estudos selecionados. No caso das teses e dissertações, considerou-se ano, título, autoria, instituição e curso, conforme Quadro 2: Teses e dissertações selecionadas.

**Quadro 2:** Teses e dissertações selecionadas

Ano	Título	Autoria	Instituição e Curso
2019	Encontros entre música e pedagogia: compondo juntos uma convivência estético-poética na educação infantil.	Clarice de Campos Bourscheid.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorado em Educação.
2020	O uso de jogos musicais no processo de musicalização de crianças da educação infantil por professores não especialistas em música.	Wanderley de Freitas dos Santos.	Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Educação.
2020	A linguagem musical e as práticas músico-educativas para o desenvolvimento de habilidades na Educação Infantil: um estudo na Unidade Básica Bernardina Spíndola.	Kátia Regina dos Santos Castro.	Universidade Federal do Maranhão. Mestrado em Gestão do Ensino da Educação Básica.
2020	Relações com música em um projeto formativo de crianças: um estudo com profissionais de uma escola municipal de educação infantil em Porto Alegre.	Joana Lopes Pereira.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorado em Música.



2021	A música na educação infantil: vozes dos professores.	Aline Roberta de Souza Bonato.	Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Mestrado em Educação.
------	---	--------------------------------	--

Fonte: dos autores, 2023.

Dentre as teses e dissertações selecionadas, observa-se que a maior parte destas foram publicadas na área da educação. O primeiro trabalho selecionado na revisão ocorreu em 2019 e o ápice de publicações ocorreu em 2020 com três trabalhos publicados. No caso dos artigos, considerou-se: ano, título, autoria e nome do periódico de publicação, conforme apresentado no Quadro 3: Artigos selecionados.

**Quadro 3:** Artigos selecionados

Ano	Título	Autoria	Periódico
2019	A música na Educação Infantil: (re) descobrindo sentidos.	Adilson Cristiano Habowski. Elaine Conte.	Revista Práxis Educacional.
2019	Estar à escuta: música e docência na educação infantil.	Sandra Regina Ritche. Dulcimarta Lemos Lino.	<i>Childhood &amp; Philosophy</i>
2019	Musicalização na Educação Infantil: um olhar sobre a Base Nacional Comum Curricular.	Bruna Costa Mariano Ferregueti Souza.	Revista da Fundarte.
2019	A musicalização como ferramenta para o desenvolvimento de potencialidades na educação infantil.	Simone Martins Borges.	Revista Científica UBM.
2021	Música, brincadeiras, Educação Infantil e Base Nacional Comum Curricular.	Taís Dantas da Silva.	Revista de Estudos em Educação e Diversidade.
2021	A importância da música na Educação Infantil.	Maria Heloísa Franco Anhaia. Maria Luiza Mariano.	Temas em Educação e Saúde.
2021	A música acontece: relatos de experiências com música para cinema na escola de Educação Infantil.	Mônica Araújo da Silva. Wenceslao Machado de Oliveira Júnior.	Revista de Iniciação à Docência.
2022	Música na Educação Infantil: contribuição para o desenvolvimento da criança na escola.	Lílian Voss. Tainara Lima.	Diversitas Journal.
2023	A música como instrumento de ensino e aprendizagem na Educação Infantil.	Edna Maria dos Santos. Aurênia Pereira de França.	Id Online. Revista de Psicologia.

Fonte: dos autores, 2023.

Dentre os artigos selecionados, observa-se que a maior parte destes foram publicados em periódicos da área da educação. O primeiro artigo selecionado na revisão ocorreu em 2019, com 04 artigos publicados.

A quinta etapa da revisão constituiu-se na análise e interpretação dos trabalhos. A partir das concepções obtidas, estas foram agrupadas de acordo com os conteúdos, objetivando obter o conhecimento produzido sobre o fenômeno

investigado. Na sexta etapa da revisão integrativa foram consolidados os resultados encontrados.

#### 4 Resultados e discussão

Com base na análise dos documentos norteadores da Educação Infantil foi possível inferir que ao tratar do currículo da Educação Básica, a LDBEN (Brasil, 1996) faz uma menção à música juntamente com as artes visuais, dança e teatro como um dos componentes constituintes do currículo. A LDBEN (Brasil, 1996) limita-se a tratar da música apenas na menção supracitada. Dois anos após, o RCNEI (Brasil, 1998) dedica vários pontos, especialmente no seu Volume 3, para as questões voltadas à linguagem musical no âmbito da Educação Infantil.

O RCNEI (Brasil, 1998) é um documento que fornece muitas contribuições para a prática da musicalização na Educação Infantil. O documento valoriza a música e sua dimensão cultural, como forma de manifestação e expressão em vários contextos da vida humana e, portanto, da infância. Destaca também a relevância da música como elemento de ludicidade e do desenvolvimento de múltiplas dimensões (afetiva, estética, cognitiva), devendo ser considerada como produção, apreciação e reflexão para a construção de conhecimento significativo para as crianças (Brasil, 1998).

O documento (Brasil, 1998) considera também a potencialidade de trabalhar com a música como uma forma de integração com outras áreas do conhecimento, ressaltando a necessidade de não se distanciar das características e especificidades que a música oferece, ou seja, como forma de manifestação, expressão e desenvolvimento de múltiplas dimensões (Brasil, 1998).

Por outro lado, o RCNEI (Brasil, 1998) traz uma crítica à utilização da música na Educação Infantil como maneira de atender a objetivos alheios e não inerentes da própria linguagem. Neste sentido, Ostetto (2000) oferece uma importante reflexão ao enaltecer o planejamento no processo educativo como elemento imprescindível no trabalho com as diferentes linguagens, bem como a música. A construção de um planejamento vai depender da ótica de mundo, de criança, de processo educativo que temos e que desejamos, ao definirmos um conteúdo, uma atividade, uma música, na maneira de desenvolver o trabalho (Ostetto, 2000). Para a autora, o planejamento é um processo reflexivo no qual o (a) professor (a) vai desenvolvendo a capacidade de perceber as necessidades das crianças, identificando dificuldades e indo ao encontro das causas. Percebendo e caracterizando as dificuldades, poderá agir, objetivando a superação destas, portanto, a ação de planejar pressupõe olhar e escuta atenta e aguçada à realidade (Ostetto, 2000).

Na DCNEI (Brasil, 2010), a música aparece como uma das formas de favorecer a imersão das crianças nas múltiplas linguagens, além do “progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical” (Brasil, 2010, p. 25). Além disto, a DCNEI (Brasil, 2010) incentiva a promoção do “relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura” (Brasil, 2010, p. 26). Observa-se que a DCNEI (Brasil, 2010) concentra suas orientações especialmente no desenvolvimento da criança, permeado pelas diferentes linguagens e da prática

destas como uma forma de expressão e socialização. A BNCC (Brasil, 2018, p. 196) apresenta uma concepção de música quando afirma que se trata de uma “[...] expressão artística que se materializa por meio dos sons, que ganham forma, sentido e significado no âmbito tanto da sensibilidade subjetiva quanto das interações sociais”.

A partir das análises nas produções científicas selecionadas foi possível compreender que a Educação Infantil se constituiu de diferentes formas de pensar a criança e a infância no decorrer da história. A forma como atualmente é concebida, como política de educação e direito social, decorre de um longo processo que contou com avanços e retrocessos, sobretudo no âmbito legal (Abramowicz; Wajskop, 1999; Campos; Barbosa, 2015). Da mesma forma que a Educação Infantil, a música e o processo de musicalização na educação da primeira infância foram determinados por idas e vindas sócio-históricas.

As principais determinações legais em relação à inserção da música na educação foram apresentadas por meio dos seguintes documentos: Decreto nº 1.331-A (Brasil, 1854), Lei nº 5692/1971 (Brasil, 1971), Constituição Federal (Brasil, 1988), Lei nº 11769/2008 (Brasil, 2008). Além destes dispositivos legais, pode-se citar também o Guia Prático de Musicalização Infantil (Brasil, 2021) como um documento que oferece suporte, sobretudo prático, ao trabalho com musicalização na Educação Infantil.

Entende-se que a inclusão da música nos currículos da Educação Básica foi um processo gradual e que ainda é alvo de alguns equívocos. Talvez o equívoco mais pontual seja a ideia de que as práticas de musicalização servem apenas para atender aos objetivos de passatempo ou recreação (Brasil, 2021). Neste sentido, cabe a crítica à exploração desta rica linguagem na infância de maneira descontextualizada e irrefletida. Os professores e professoras de Educação Infantil precisam planejar com intencionalidade (Ostetto, 2000). Frente a isso emerge um questionamento em relação ao processo formativo destes profissionais. Entende-se que o desenvolvimento integral da criança é dever da Educação Infantil, e para isso é necessário a consciência de que a criança é um sujeito de múltiplas dimensões. Para o desenvolvimento das múltiplas dimensões são requeridas as práticas com as diferentes linguagens, inclusive a musical. Percebe-se, portanto, a relevância e a necessidade de refletir sobre como ocorre o processo formativo dos profissionais que atuam na primeira infância.

As análises permitem inferir ainda que o trabalho com a música na Educação Infantil, por meio de um amplo e diversificado repertório, é um potencializador do desenvolvimento cognitivo, uma vez que estimula as capacidades sensoriais, motoras, auditivas, criativas, afetivas, sociais, entre outras (Zagonel, 2001; Ilari, 2003; Kastein; Pacífico, 2018; Richer; Lino, 2019; Brasil, 2021). Para tanto, a música deve ser estimulada desde a tenra idade, uma vez que as crianças são capazes de desenvolver o universo sonoro de distintas formas, e esta habilidade, se estimulada, vai se aperfeiçoando com o passar dos anos (Brasil, 2021).

## 5 Considerações finais

Retomando o objetivo geral proposto na pesquisa, nomeadamente, compreender qual o papel da musicalização na Educação Infantil, entende-se que o objetivo geral foi alcançado, visto que o papel da musicalização na Educação Infantil representa um dos imprescindíveis meios que contribuem para o desenvolvimento integral da criança.

A pesquisa possibilitou a compreensão da criança enquanto um sujeito de direitos e de múltiplas dimensões. Para que estas dimensões sejam estimuladas, é necessário o desenvolvimento das diferentes linguagens, dentre elas, a linguagem musical. O trabalho com a música na Educação Infantil é um agente estimulante e fortalecedor do desenvolvimento cognitivo nas crianças.

No que se refere aos principais documentos que norteiam as práticas pedagógicas na Educação Infantil, e como a linguagem musical está contemplada nestes documentos, o RCNEI (Brasil, 1998) é o documento que fornece mais contribuições para a prática da musicalização na Educação Infantil.

O estudo possibilitou ainda a emergência de um questionamento ou de uma reflexão acerca do processo formativo dos professores frente à relevância que o papel da musicalização representa na Educação Infantil. Como sugestão para estudos posteriores, considera-se oportuno o desenvolvimento de pesquisa relativa ao processo formativo de professores e professoras de Educação Infantil no que tange à musicalização.

Como fator limitante do estudo, embora a pesquisa tenha envolvido a exploração sistemática de recursos bibliográficos, trata-se de um olhar sobre a temática, uma vez que não foram coletadas informações empíricas sobre o tema, objeto deste estudo.

## Referências

ABRAMOWICZ, A.; WAJSKOP, G. **Educação infantil creches**: atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo: Moderna, 1999.

ANHAIA, M. H. F.; MARIANO, M. L. A importância da música na Educação Infantil. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 17, n. 00, p. e021022, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/16743>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BONATO, A.R.S. **A música na educação infantil**: vozes dos professores. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2021.

BORGES, S. M. A musicalização como ferramenta para o desenvolvimento de potencialidades na educação infantil. **Revista Científica UBM**, Barra Mansa, v. 21, n. 40, p. 40-57, 2019. Disponível em: <https://revista.ubm.br/index.php/revistacientifica/article/view/935>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BOURSCHEID, C. C. **Encontros entre música e pedagogia**: compondo juntos uma convivência estético-poética na educação infantil. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 1.331-A de 17 de fevereiro de 1854**. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte. Coleção de Leis do Império do Brasil, v. 1, p. 45, 1854. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 05 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil, v. 5, p. 59, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 ago. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei nº 11769 de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 ago. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm). Acesso em: 05 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia prático musicalização infantil: a educação musical na infância**. Brasília: MEC, 2021.

BRITO, T. A. **Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança**. 2. ed. São Paulo: Petrópolis, 2003.

CAMPOS, R.; BARBOSA, M. C. S. BNC e educação infantil: quais as possibilidades? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, V. 9, n. 17, p. 353-366, 2015. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/585/659>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CARVALHO, A. M. A.; PEDROSA, M. I.; ROSSETI-FERREIRA, M. C. **Aprendendo com a criança de zero a seis anos**. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTRO, K. R. S. **A linguagem musical e as práticas músico-educativas para o desenvolvimento de habilidades na Educação Infantil: um estudo na Unidade Básica Bernardina Spíndola**. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão do Ensino da Educação Básica) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

DUARTE, R. **A construção da musicalidade do professor de educação infantil: um estudo em Roraima**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FOSSATTI, E. C.; MOZATTO, A.B.; MORETTO, C.F. O uso da revisão integrativa na Administração: um método possível? **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR, [S. l.]**, v. 6, n. 1, p. 55-72, 2019. Disponível em: <http://recc.cra-pr.org.br/index.php/recc/article/view/169>. Acesso em: 10 ago. 2023.

HABOWSKI, C. A.; CONTE, E. A música na Educação Infantil: (re)descobrimos sentidos. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 35, p. 444-469, 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5691>. Acesso em: 23 ago. 2023.

ILARI, B. S. A música e o cérebro: algumas implicações do neurodesenvolvimento para a educação musical. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 9, p. 7-16, 2003. Disponível em: [http://abemeducacaomusical.com.br/revista\\_abem/ed9/revista9\\_artigo1.pdf](http://abemeducacaomusical.com.br/revista_abem/ed9/revista9_artigo1.pdf). Acesso em: 23 jul. 2023.

KASTEIN, V. R. B.; PACÍFICO, M. A formação musical na educação infantil: a questão docente e as possibilidades da musicalização. **Revista Profissão Docente**, [S. l.], v. 18, n. 38, p. 143-157, 2018. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1196>. Acesso em: 05 ago. 2023.

KUHLMANN, M. **Infância e educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MARTINS FILHO, A. J. Culturas da Infância: traços e retratos que as diferenciam. In: MARTINS FILHO, A. J. (org.); TRISTÃO, F. C. D.; RECH, I. P. F.; AGOSTINHO, K. A.; BONETTI, N. **Criança pede respeito**: temas em educação infantil. Porto Alegre: Mediação, 2005.

MARTINS FILHO, A. J. Crianças e adultos: marcas de uma relação. In: MARTINS FILHO, A. J.; TRISTÃO, F. C. D.; RECH, I. P. F.; SCHNEIDER, M. L. **Infância Plural**: crianças do nosso tempo. Porto Alegre: Mediação, 2006.

MENEZES, A. H. N.; DUARTE, F. R.; CARVALHO, L.O.R; SOUZA, T.E.S. **Metodologia científica teoria e aplicação na educação a distância**. Universidade Federal do Vale do São Francisco. Petrolina-PE, 2019.

OSTETTO, L. E. Planejamento na Educação Infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: OSTETTO, L. E. (org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil**: partilhando experiências de estágios. Campinas: Papyrus, 2000.

PEREIRA, J. L. **Relações com música em um projeto formativo de crianças**: um estudo com profissionais de uma escola municipal de educação infantil em Porto Alegre. 2020. Tese (Doutorado em Música) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. 225f.

RINALDI, C. Reggio Emilia: a imagem da criança e o ambiente em que ela vive como princípio fundamental. In: GANDINI, L.; EDWARDS, C. **Bambini**: a abordagem italiana à educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RITCHER, S. R.; LINO, D. L. Estar à escuta: música e docência na educação infantil. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 01-24, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201670>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SANTOS, E. M.; FRANÇA, A. P. A música como instrumento de ensino e aprendizagem na Educação Infantil. **Id Online. Revista de Psicologia**, [S. l.], v. 17, n. 65, p. 579- 588. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3721>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SANTOS, W. F. **O uso de jogos musicais no processo de musicalização de crianças da educação infantil por professores não especialistas em música**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SILVA, C. L.; BOUFLEUR, E. M. Musicalização na educação infantil: uma reflexão sobre as contribuições da música no desenvolvimento da criança. **Revista Magsul de Educação da Fronteira**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 48-70, 2017. Disponível em: <http://bibmagsul.kinghost.net/revista2016/index.php/educfronteira/article/viewFile/281/257>. Acesso em: 07 ago. 2023.

SILVA, M. A; OLIVEIRA JÚNIOR, W. M. A música acontece: relatos de experiências com música para cinema na escola de Educação Infantil. **Revista de Iniciação à Docência**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 71-90, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rid/article/view/9390>. Acesso em: 22 ago. 2023.



SILVA, T. D. Música, brincadeiras, Educação Infantil e Base Nacional Comum Curricular. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, [S. l.], v. 2, n. 6, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/9824>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SOUZA, B. C. M. F. Musicalização na Educação Infantil: um olhar sobre a Base Nacional Comum Curricular. **Revista da Fundarte**, [S. l.], v. 40, n. 40, p. 51-64, 2019. Disponível em: <https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/view/688>. Acesso em: 21 ago. 2023.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1988.

VOSS, L.; LIMA, T. Música na Educação Infantil: contribuição para o desenvolvimento da criança na escola. **Diversitas Journal**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 1058-1077, 2022. Disponível em: [https://diversitasjournal.com.br/diversitas\\_journal/article/view/2252](https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2252). Acesso em: 21 ago. 2023.

WERLE, K.; BELLOCHIO, C. R. Ouvindo as músicas das culturas de pares: uma pesquisa com crianças da educação infantil. **Nuances: estudos sobre educação**, v. 28, n. 3, p. 247-261, 2017.

ZAGONEL, B. Música, mídia e educação. **Gazeta do Povo**. Paraná, 2001. Disponível em: <https://www.bernadetezagonel.com.br/ASSETS/pdf/2001-musica-midia.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

## Informações complementares

### Financiamento

Não se aplica.

### Contribuição de autoria

**Concepção e elaboração do manuscrito:** Eugislane Barbosa Aroucha; Monica Feitosa de Carvalho Pedrozo Gonçalves; Carla Cristina Dutra Búrigo.

**Coleta de dados:** Eugislane Barbosa Aroucha; Monica Feitosa de Carvalho Pedrozo Gonçalves; Carla Cristina Dutra Búrigo.

**Análise de dados:** Eugislane Barbosa Aroucha; Monica Feitosa de Carvalho Pedrozo Gonçalves; Carla Cristina Dutra Búrigo.

**Discussão dos resultados:** Eugislane Barbosa Aroucha; Monica Feitosa de Carvalho Pedrozo Gonçalves; Carla Cristina Dutra Búrigo.

**Revisão e aprovação:** Eugislane Barbosa Aroucha; Monica Feitosa de Carvalho Pedrozo Gonçalves; Carla Cristina Dutra Búrigo.

### Preprint, originalidade e ineditismo

O artigo é original, inédito e não foi depositado como *preprint*.

### Verificação de similaridades

O artigo foi submetido ao iThenticate, em 25 de junho de 2024, e obteve um índice de similaridade compatível com a política antiplágio da revista Pesquisa e Debate em Educação.

### Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.



### Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

Não se aplica.

### Conflito de interesse

Não há conflitos de interesse.

### Conjunto de dados de pesquisa

Não há dados disponibilizados.

### Utilização de ferramentas de inteligência artificial (IA)

Este artigo não contou com auxílio de ferramentas de inteligência artificial (IA) para redação de nenhuma das seções.

### Licença de uso

Os autores cedem à Revista Pesquisa e Debate em Educação os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### Publisher

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Faculdade de Educação (FACED), Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP). Publicação no Portal de Periódicos da UFJF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### Editor

Frederico Braidá.

### Formato de avaliação por pares

Revisão duplamente cega (*Double blind peer review*).

### Sobre os autores

#### Eugislane Barbosa Aroucha

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Especialista em Orientação, Supervisão e Inspeção Escolar pelo Centro Universitário Inta (UNINTA). Professora da Prefeitura Municipal de Zé Doca – Maranhão.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2057692186709826>

#### Monica Feitosa de Carvalho Pedrozo Gonçalves

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Educação Infantil e Séries Iniciais pela Faculdade Dom Bosco. Mestre em Administração Universitária pela UFSC. Doutora em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Servidora técnico-administrativo em educação pela UFSC, ocupante do cargo de Pedagoga.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7035803152165543>

#### Carla Cristina Dutra Búrigo

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Administração pela UFSC, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande

do Sul (UFRGS). Pós-Doutora em Educação pela UFRGS. Professora do Programa de Pós-graduação em Administração Universitária da UFSC.  
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5299881911625233>